

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA**

FERNANDA BRUM COLLARES

**UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PELA VIA DA EXPERIÊNCIA
(E ENUNCIADOS ESCOLARES ACERCA DA DIFERENÇA DOS CORPOS)**

PORTO ALEGRE

2015

FERNANDA BRUM COLLARES

**UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PELA VIA DA EXPERIÊNCIA
(E ENUNCIADOS ESCOLARES ACERCA DA DIFERENÇA DOS CORPOS)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentando à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia - Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Daniele Noal Gai.

PORTO ALEGRE

2015

AGRADECIMENTOS

“Mas te vejo e sinto o brilho desse olhar, que me acalma, me traz força pra encarar tudo” (Pouca Vogal)

Aos meus pais por sempre apoiarem as minhas decisões, pela educação que me deram, por acompanharem de perto a minha graduação e pelas caronas até a faculdade e estágios.

Ao meu irmão pela paciência nos meus momentos de loucuras com o TCC.

A Professora Orientadora Daniele Noal Gai, por toda disponibilidade, carinho, aprendizagens, compreensão e encorajamento neste momento tão especial de minha graduação.

A Monique e a Gabriela pela parceria, amizade, trocas, desabafos e carinho durante esta caminhada.

Aos professores das escolas que realizei os estágios obrigatórios e não obrigatórios por todas as aprendizagens e experiências. Fizeram com que eu me afirmasse ainda mais como docente.

A Camila, Marina, Luiza, Maíra, Rodrigo, Kauan, Louise, Amanda, Marília e Naiara pela amizade verdadeira e pelos momentos de risadas.

RESUMO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Pedagogia tive como objetivo fazer perguntas de como se constrói a necessidade de normalização do sujeito com deficiência em espaços regulares de ensino. Outra questão que fiz foi sobre as impressões de normalidade e anormalidade na perspectiva de quem convive com a diferença dos/nos corpos. Tais impressões podem ser modificadas se pensarmos a escola como espaço para experiência, mobilizada pela escola como comunidade e, sobretudo, pelo professor. Foram utilizados autores que pesquisam a educação especial na contemporaneidade brasileira (SASSAKI, BEYER, FREITAS, GAI) e outros autores propositivos em seus conceitos (FOUCAULT, LARROSA) e que ancoram e dão suporte a este estudo de cunho qualitativo. Desenvolveu-se um estudo que não é comparativo, não parte de amostras, não é avaliativo, não é cronologicamente descrito, pois mostra enunciados, e retira deles forças para construir argumentações acerca da temática estudada. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três pessoas que vivem o processo de inclusão no âmbito escolar. Convivi em diferentes períodos com as mesmas pessoas como estagiária de pedagogia e essas memórias apoiam as argumentações favoráveis à inclusão. Apresento também algumas cenas dos estágios não obrigatórios realizados ao longo da graduação e que possibilitam indicar a necessidade de inserção de espaços escolares inclusivos como campo de estágio da pedagogia. Faço a afirmação de que pode ocorrer a inclusão escolar desde que ocorra mudanças no processo de escolarização de pessoas com deficiência, uma vez que a escolarização prevê a experiência de múltiplas formas de aprendizagem e vida. Uma educação inclusiva pode ser produzida pela via da experiência e os professores são muito importantes, uma vez que inventam outras didáticas e outros enunciados acerca da diferença dos corpos.

Palavras chave: Educação inclusiva. Diferença. Experiência.

SUMÁRIO

1. DESACOMODANDO OS OLHARES: UMA INTRODUÇÃO	6
2. EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA OS ANORMAIS? OU PEDAGOGIA PARA TODOS?	10
3. PORQUE O DIFERENTE INCOMODA?	15
4. PESSOAS INVISÍVEIS, DIDÁTICAS INVIÁVEIS.....	19
5. SUPORTES PARA A INCLUSÃO	24
5.1 BIDOCÊNCIA COMO ALTERNATIVA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	24
5.2 SALA DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS COMO ATELIER PEDAGÓGICO	25
6. PERSPECTIVA DE QUEM VIVE A DIFERENÇA DOS/NOS CORPOS: ENSAIANDO ANÁLISES	28
6.1 PERSPECTIVA DE UM ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN	30
6.2 PERSPECTIVA DA MÃE DO ALUNO QUE TEM SÍNDROME DE DOWN.....	33
6.3 PERSPECTIVA DO PROFESSOR	34
7. OLHARES DESACOMODADOS PARA CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	39
FILMOGRAFIA.....	41
APÊNDICE - Termo de consentimento Livre e Esclarecido	42

1. DESACOMODANDO OS OLHARES: UMA INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso foi escrito como culminância da graduação em Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É uma mostra de questões levantadas por mim durante o curso de graduação, nas disciplinas estudadas, nas leituras realizadas, nos estágios não obrigatórios, nos estágios obrigatórios, nas conversas com colegas e com profissionais que atuam na área da educação, e mais especificamente na educação inclusiva. As disciplinas¹: “intervenção pedagógica e necessidades especiais”, “psicopedagogia”, “educação especial, docência e processos inclusivos”, ajudaram-me a construir outros olhares sobre a inclusão e fizeram com que aumentasse meu interesse pelo tema da deficiência e dos processos de escolarização e inclusão. As minhas memórias, as cenas, as práticas de estudos, de estágios e de pesquisas, ancoram e dão suporte para este trabalho.

Diante do desejo de pensar sobre a temática desta pesquisa, que resultou nestes escritos, deparei-me com a necessidade de relembrar elementos de minha trajetória como auxiliar de professoras e das escolas em que trabalhei durante a graduação, para que essas memórias pudessem colaborar com a escrita e a construção do trabalho de conclusão de curso de pedagogia. Com isso fui concordando ainda mais com Larrosa (2015, p. 18) quando afirma que “experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”. Uma prática de estágio de pedagogia acontece, efetivamente, quando experimentamos muitas vezes as mesmas memórias. No caso das minhas experiências, posso visitar uma diversidade de escolas, de históricos de crianças, e afirmar que tocaram-me a ponto de definir os caminhos que pretendo percorrer na docência e na pesquisa em educação.

Desde que comecei a graduação fui para a sala de aula trabalhar como auxiliar de professora numa turma de educação infantil em uma escola particular de Porto Alegre/RS. Nessa escola havia muitos alunos com necessidades educativas especiais. Ali presenciei momentos de aflição tanto do professor quanto do aluno com deficiência em processo de inclusão. Deparava-me com situações recorrentes

¹ As disciplinas citadas fazem parte do currículo de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

e que me provocavam desconforto. Dentre elas a necessidade de normalização. As tarefas, as avaliações e as inúmeras situações em que a diferença dos corpos tinham que ser normalizadas, padronizadas, mediadas e cumpridas do mesmo modo por todos. Convivi de perto com o preconceito, com a curiosidade, com o estranhamento e com a falta de manejo dos professores, de alguns alunos e dos pais de alunos diante dos “alunos ditos de inclusão”².

CENA UM

Lembro-me de uma situação de sala de aula em que um aluno com autismo de quatro anos não conseguia ficar sentado na hora da roda onde a professora montava a rotina do dia. Então a professora pediu imediatamente para a auxiliar do aluno³ buscar ele para fazer com que o mesmo ficasse sentado, forçadamente. Quando aconteceu este fato, fiquei me perguntando o porquê de fazer com que aquela criança ficasse sentada, ficasse desconfortada com a situação. Ele estava sofrendo. Não seria mais coerente deixar com que aquele aluno levantasse, caminhasse e quando ele se sentisse a vontade fosse sentar junto aos demais na roda? Para todas as crianças a roda se tornava cansativa. Ficar por muito tempo sentado no chão sem poder se mexer e em silêncio é um pouco desconfortável. Para o menino que possui autismo aquilo virava uma tortura. Caberia à professora explicar para os alunos que o colega iria levantar-se de vez em quando. Ou a professora poderia tentar realizar a rotina de outra maneira, uma proposta em que a turma pudesse movimentar-se e o aluno com autismo também. Após aquela situação fiquei questionando-me se aquilo era inclusão. Ou era mais uma tentativa de fazer com que aquele aluno ficasse “mais normal”? Participando da atividade da roda ele estaria incluído na rotina da turma? Participando da rotina comum a todos seria “mais normal”. A professora repetia ações para deixar o aluno com autismo “mais normal possível”, para que, segundo ela, se aproximasse ou se igualasse ao padrão de comportamento e participação das outras crianças.

² Modo como os alunos com deficiência são classificados e nomeados no âmbito escolar. O nome passa a ser “aluno de inclusão”.

³ A professora regente contava com o apoio de uma auxiliar de turma e uma auxiliar que se dedicava apenas ao aluno com autismo.

Aprendi ao longo dos estágios sobre o que não repetir, já que vivi cenas em que sofri junto com o aluno com deficiência. Entendi que o aluno primeiramente precisa se sentir bem acolhido no ambiente que está inserido. O aluno com deficiência também é parte do grupo, parte do interesse da professora quando planeja a sua aula, parte importante na convivência das crianças como coletivo. Ele pode ir e voltar, mas na sua presença se sentir confortável, seguro, acolhido. Não cabe forçar tal aproximação, porém os alunos com deficiência em processo de inclusão precisam de um olhar sensível e acolhedor do professor. O que Goffredo (1999, p.68) diz é que a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular “requer por parte dos professores maior sensibilidade e pensamento crítico a respeito de sua prática pedagógica”. Se não está dando certo de um jeito, pensar de qual forma aquilo poderá dar certo, entender que aquele aluno não é somente um “aluno de inclusão” e, sim, aluno pertencente ao grupo, a uma turma. Dedicar-se a pensar, como professora da turma, e, juntamente aos outros apoiadores da escola, como o aluno com deficiência poderá participar das atividades sem que aquilo que está sendo proposto se transforme em uma tortura para ele, para a professora e para os colegas da sala de aula.

Pretendo, ao longo desta pesquisa, analisar trechos como o que descrevi anteriormente, uma vez que incomoda a necessidade de normalização das crianças com deficiência em comparação às outras crianças que com ela estudam, ou em comparação a um parâmetro altíssimo de aprendizagem. Os métodos de análise das construções dos alunos com deficiência, assim como a avaliação destas produções, não ficam claros na proposta pedagógica dos professores que pude acompanhar em meus estágios. Fico a perguntar-me como se constrói a necessidade de normalização do sujeito com deficiência em espaços regulares de ensino quando a escola é plural, dinâmica, atemporal, diária, contínua, diversa e integração entre diferentes corpos.

E mais, quais são as impressões sobre a normalidade e a anormalidade na perspectiva de quem convive com a diferença? Utilizo-me para isso de referenciais teóricos como Foucault (1978), Freitas (2015), Gai (2012), para iniciar um percurso genealógico, que busca, nos enunciados de minhas experiências em educação inclusiva, argumentação para a educação.

A genealogia escuta a história, prestando atenção a seus acasos e suas discontinuidades, pois se há algo a decifrar, algum segredo a desvendar, é que as coisas não tem essência, ou melhor, a suposta essência foi deliberadamente construída, a partir de situações específicas, contextualizadas histórica e socialmente. (FAÉ. 2004, p.413)

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com um professor e com uma mãe de um aluno com síndrome de down. Construí um par educativo com esse aluno, que frequenta atualmente uma escola privada de Porto Alegre/RS.

Fiz perguntas para o professor e perguntas para a mãe do aluno com síndrome de down que serviram como dispositivos para conversar sobre o meu tema de interesse. Para o aluno solicitei uma atividade de par educativo⁴ onde ele desenhou uma pessoa que aprende e uma pessoa que ensina, colocando nomes para estas pessoas e idades. Após a atividade fiz alguns questionamentos a ele, e as perspectivas dos três participantes da pesquisa serão apresentadas ao longo do trabalho.

Compreendo, a partir dos estudos que realizei para a escrita deste trabalho de conclusão de curso, que este estudo não é comparativo e nem avaliativo, quer muito mais pensar sobre a normalização das crianças com deficiência devido ao uso de didáticas que não correspondem aos tempos, aos desejos, as necessidades, aos históricos. É uma afirmação de que pode ocorrer a inclusão nos ambientes escolares desde que ocorra mudanças no processo pedagógico, conjuntamente, as mudanças que exigem um processo de escolarização de alunos com deficiência.

⁴ Par educativo é um teste aplicado para que a criança desenhe uma pessoa que aprende e uma que ensina, sugere-se que ela formule uma história envolvendo esses dois personagens, neste teste é possível interpretar relações ensinante-aprendente.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA OS ANORMAIS? OU PEDAGOGIA PARA TODOS?

Conforme dados da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a educação especial no Brasil teve o seu primeiro marco no período imperial em 1854 que foi o ano em que Dom Pedro II criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e em 1857 criou o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos. Durante o Brasil império as pessoas com deficiências mais acentuadas, impedidas de estudar, trabalhar ou realizar trabalhos como agricultura ou serviços de casa, eram separadas da convivência social. A história mostra que as pessoas com deficiência eram segregadas em instituições públicas. Ao mesmo tempo em que surgia a necessidade de escolarização entre a população, algumas pessoas não podiam conviver nos mesmos espaços sociais que os demais, deveriam, portanto, estudar em locais separados e, só seriam aceitos na sociedade aqueles que conseguissem agir o mais próximo possível da normalidade, sendo capazes de exercer as mesmas funções que todos. Devido às suas limitações eram excluídos da família, da comunidade, da escola, do trabalho.

Já passou muitos anos desde o primeiro marco histórico da educação especial brasileira e ainda hoje encontramos escolas que ao invés de se preparar pedagogicamente, adaptando minimamente suas estruturas para receber os alunos, tentam fazer com que aquele aluno entre em um determinado padrão de normalidade para assim poder frequentar a escola. E a integração é que pressupõe uma adaptação, agregação do sujeito, o aluno que deverá se adaptar ao ambiente escolar e na metodologia de ensino da escola. O aluno terá que se adequar à escola, independentemente de suas necessidades físicas, sensoriais ou intelectuais. As crianças e jovens deficientes serão matriculados no ensino regular, mas serão atendidos nas classes especiais para depois, se estiverem adaptados, ingressarem nas classes comuns. Assim entendemos que a integração nada mais é do que uma “pseudoinserção da pessoa ao contexto comum de ensino, uma vez que essa pessoa pode vir a não ser sujeito total do processo por ficar alheio às atividades curriculares, avaliativas, dentre outras”. (DRAGO, 2011, p.76-77).

Neste processo de integração, os alunos terão que “reduzir” suas necessidades, adequar suas limitações, diminuir a deficiência, para amenizar as consequências sociais. Por exemplo: se um aluno não sabe escrever com as mãos, mas sabe escrever com a boca, ao invés deste aluno continuar escrevendo com a boca a professora irá treiná-lo para que ele escreva com as mãos, porque é com as mãos que as pessoas escrevem. Isto fará com que ele entre naquele padrão de “normalidade”. Os alunos com deficiência acabam sendo condicionados a viver através de normas e hábitos programados, pois eles terão que aprender a como superar a deficiência e ser iguais aos demais. Há na integração a busca pela convivência, a aproximação de pessoas em espaços comuns. Contudo, ignora-se a perspectiva de vida, de existência, de afeto e aprendizagem, por exemplo. O normal na integração é estar com o coletivo, fazendo o mesmo que todos, de modo homogêneo. Não importa tanto o desejo e a necessidade de aprender diferente ou de se expressar diferente. A participação e a busca de inclusão mobilizada pelos outros do grupo só servem a normalização, pois se busca “fazer pelo aluno” com deficiência, escrevendo ou falando ou puxando ou silenciando ou ignorando.

Para Foucault (2005) a norma é entendida como o elemento que circula entre o disciplinar e o regulamentador, tem a função de controlar e disciplinar os acontecimentos da sociedade. No século XVIII, surge o poder disciplinar, que é necessário para garantir a normalidade. Trazendo consigo o discurso da regra, o discurso da norma e da normalização. Pois sim, o anormal provoca medo. Deixá-lo como eu, aproximá-lo em conquista de aprendizagens como a maioria, é improvável, se não, impossível. A anormalidade é transgressora, é desviante, é perturbadora. A anormalidade é justificativa para a diferenciação, o apartamento e a exclusão. Há uma necessidade produção de vidas exitosas e produtivas nessa premissa de normalização.

No âmbito escolar, podemos dizer que aqueles que fogem da normalidade acabam sendo os excluídos, estes alunos precisarão passar por correções, por disciplinamento, para poder se enquadrar no “grupo de normais”, no “ambiente normal” que estão frequentando. As escolas seriam o que Foucault (1978) nomeia de “instituições de sequestro”. Ele disse também que dificilmente consegue-se disciplinar alguém que esteja andando livremente. Para que ocorresse o

disciplinamento precisaria sequestrar o indivíduo da sociedade e confiná-lo, sendo ele louco, leproso, vagabundo, anormal.

No caso das crianças e adolescente, essa instituição disciplinadora e normalizadora seria a escola. A infância e a adolescência são sequestradas da sociedade, confinadas na escola, e os alunos, dentro da escola, são disciplinados individualmente. Ele terá regras a seguir, como: sentar, a quem responder e quando responder, como se vestir e como se comportar, hora para comer, contenção dos desejos, controle das necessidades fisiológicas, momento de brincar, etc.

Essa é uma maneira de exercer poder sobre os corpos dos sujeitos? No caso dos alunos com deficiência a normalização ocasiona uma maior cobrança, de modo que ele precisa estar conformado às normas escolares, porque ele necessita entrar no padrão desejado pela escola, pela família e por ele mesmo. Isso ocorre porque não podemos eliminar os seres humanos, passamos, então, a corrigi-los, para torná-los normais e funcionais para a sociedade. Passamos, na escola, a regular a diferença de modo que os alunos estejam adestrados, o máximo possível docilizados e sempre obedientes.

Neste ponto do texto passo a perguntar-me sobre qual escola ainda não produzimos. Uma escola contemporaneamente inclusiva? Quando e em que sentido se justificou uma forma especial de entender e produzir uma educação para certos e determinados sujeitos? Seria uma educação especial, mas para quem se dirigiria, quem a promoveria? Ou seria uma pedagogia para todos e em quais premissas se sustentaria? Seguirei perguntando-me!

O que o histórico da educação especial brasileira conta é que esta modalidade de ensino produziu outras possibilidades de vida, de aprendizagem. Quando as próprias pessoas com deficiência reivindicam seus direitos, quando os ativismos pelo respeito aos direitos de todos tomam força mundialmente, é a educação especial que ancora e dá suporte aos processos de escolarização da pessoa com deficiência. A educação especial assume espaço importante na escola regular uma vez que foi ao longo da história construindo saberes e práticas de aprendizagem na diversidade, na pluralidade, na multiplicidade.

Segundo Beyer (2005) crianças que não contemplem as medidas de normalidade ou de desempenho satisfatório, conforme o currículo escolar, são rejeitadas e ajeitadas no sistema escolar especial. Este mesmo autor relata que a escola especial continua desempenhando, em parte, a função de depósito de rejeitados, de fracassados e de deficientes, cujo desempenho não satisfaz a normatividade do currículo escolar. As pessoas com deficiência são vistas como incompletas, como se estivesse faltando algo nelas, como consequência deste pensamento, a preocupação é que estes sujeitos passem por medidas corretivas.

Se a escola, por exemplo, partir do pressuposto de que estes sujeitos são limitados e incompletos, toda orientação educativa acaba indo em direção a esta ideia, e os resultados acabam concordando com esta percepção, pois faz com que o professor e o aluno acredite realmente que naquela existência, naquele corpo, naquela criança, falta algo. A falta de inteligência, a falta de competência para aprender, a falta de possibilidade de desenvolvimento junto aos demais é sempre demarcada numa escola que quer regular e normalizar.

O aluno com deficiência é um aluno completo e tem que ser visto pelas suas possibilidades. A inclusão é o inverso da integração, a contramão da segregação, pois há um reconhecimento e uma afirmação das diferenças, que conduzem uma nova forma de organização no sistema educacional. Nessa concepção de inclusão, a escola promoverá ambientes para todos os seus alunos com suas especialidades e peculiaridades. Na educação inclusiva a escola que se adaptará para todos os seus alunos, diferente do que ocorre na integração, onde o aluno com deficiência e os demais tem que se adequar a escola.

A inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que podem retornar a escola em algum momento futuro. A inclusão não é a colocação de cada criança individual nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo desse modo, valorizados (DRAGO, 2011, p.78-79).

O termo inclusão, já trás consigo uma ideia de exclusão, pois só é possível incluir alguém que já foi ou é excluído. A inclusão sempre estará associada à exclusão. Foi na idade média em que o movimento de exclusão social começou a tomar forma, em decorrência do grande número de pessoas infectadas pela lepra,

os leprosários eram isoladas da sociedade com o objetivo de conter a doença. Ao final da idade média a lepra desaparece, porém o sentido da exclusão permanece.

Desaparecida a lepra, apagado (ou quase) o leproso da memória, essas estruturas permanecerão. Frequentemente nos mesmos locais, os jogos da exclusão serão retomados, estranhamente semelhantes aos primeiros, dois ou três séculos mais tarde. Pobres, vagabundos, presidiários e “cabeças alienadas” assumirão o papel abandonado pelo lazarento. Com um sentido inteiramente novo, e numa cultura bem diferente as formas subsistirão. (FOUCAULT, 1978, p. 6-7).

A partir de Foucault (1978) pode-se perceber como o sentido da exclusão tomou outras direções com o passar dos tempos e, do mesmo modo, se manteve apagando a possibilidade do anormal perambular, circular, conviver, aprender.

3. PORQUE O DIFERENTE INCOMODA?

A inclusão como prática educativa “repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação” (SASSAKI, 1999, p.42). Esse tipo de enunciado tem sido questionado uma vez que parece sutillar as dificuldades enfrentadas nos espaços escolares, especialmente quando se propõem a inclusão de alunos com diferença. Porém, a pedagogia que pretendo exercer baseia-se nas afirmações de respeito, de cooperação, de afeto, de mudanças de perspectivas pedagógicas do professor. Para falar sobre inclusão é necessário repensar o sentido que se atribui à educação, temos que rever nossas concepções e ressignificar o processo de escolarização de cada aluno, tenha ele deficiência ou não.

Chamamos o outro de diferente, pois assim nos tornamos normais. Freitas (2012, p. 488) nos diz que existem “duas formas de olhar os conceitos de normal e anormal: uma seria a possibilidade de reconhecer o normal como antítese e, como contrário a anormal e, desta forma, dicotômico, sem ponto de conexão. Ou podemos reconhecer normal e anormal não como antítese um do outro, mas como elementos que montam contrafaces da mesma moeda”. A normalização e a exclusão da diferença são problemas a serem enfrentados nas relações sociais, nas relações institucionais e, sobremaneira, nas relações escolares. A escola é uma instituição bastante importante no percurso de vida dos alunos, ela é bem frequentada, que seja então por todos e cada um indistintamente.

*

CENA DOIS

O texto “Janela sobre o rosto invisível”, do autor Eduardo Galeano (2004), nos faz pensar sobre as marcas que cada pessoa carrega em si:

Tudo tem,
 Todos temos, rostos e marcas,
 O cão e a serpente e a gaiivota
 E você e eu,
 Quem vive e quem viveu
 E todos os que caminham,

Se arrastam ou voam;
 Todos temos rostos e marcas,
 Os maias acreditam nisso,
 E acreditam que as marcas,
 Invisíveis,
 São mais rostos do que o rosto
 Visível,
 Pela marca conhecem você...

Com certeza, todas as pessoas têm a sua face, o seu corpo, a sua característica, a sua marca. Então: quem é esse sujeito diferente a quem dirijo o meu olhar? Como percebo esse sujeito? Sabemos como lidar com essas diferenças de marcas e rostos? Estranhamo-nos quando reconhecemos nele as nossas próprias marcas? Conhecemos nossas próprias marcas? Então, acredito que o ponto de partida seria desacomodar o olhar que temos diante daquilo que não é igual a nós e que por não ser igual a nós o chamamos de diferente. Desacomodar o olhar para que possamos nos confrontar com paisagens, passagens, passeios, e neles com outros passantes, estranhos em si e não dentre eles. Desacomodar tanto olhar a ponto de saber ler com ele tantas marcas e incisões possíveis. Essa cena é de poesia, que diz pouco com tanta clareza. Cenas que vivo com pessoas com deficiência são tão claras e não exigem de mim explicação, ilustração. Cenas com alunos com deficiências múltiplas espantam, sei bem, mas não a mim. Realmente sinto que tem mais rosto naquele olho que me olha e me encanta.

*

CENA TRÊS

Uma propaganda que circulou pela internet com o título de "Olhar o mundo pelos olhos de uma criança nos permite ver um ponto de vista diferente", mostra como adultos e crianças lidam com o diferente, pais e filhos são convidados a imitar pessoas que aparecem no telão fazendo caretas. Os adultos e as crianças imitam as caretas conforme está passando na tela. Porém, em um determinado momento aparece uma menina que tem deficiências múltiplas fazendo careta. A criança continua imitando sem mostrar nenhum tipo de estranhamento com o que estava vendo e os adultos param imediatamente de imitar e ficam parados olhando para a tela. Isso mostra que as crianças não enxergaram aquela menina como anormal e, sim, como criança. Enquanto nos adultos a cena produz espanto, paralisação e um

visível sentimento de estranhamento. No momento em que a menina aparece na tela os adultos mostram-se incomodados com a situação e param de fazer o que estavam fazendo, param principalmente de se divertir com a brincadeira de imitação e riso.



Figura - 1



Figura - 2.



Figura - 3.



Figura - 4.

Quando converso com mães de alunos com deficiência elas relatam que na maioria das vezes o preconceito parte dos pais, dos professores, dos gestores das escolas, e não dos colegas de sala de aula. As crianças se aproximam, tem curiosidade e resolvem tudo no contato, na conversa, no olhar ou em uma brincadeira. E esse vídeo nos mostra exatamente isso, as crianças agem com naturalidade em frente a pessoas com deficiência. Os adultos reagem de modo violento em certos casos, pois julgam as pessoas com deficiência como anormais, como assustadoras, como estranhas. Entre os alunos que tive pude perceber nos professores o desconforto e recusa na aproximação com o aluno cadeirante, por exemplo.

Sinto na fisionomia, nas reações, no enfrentamento dos professores o preconceito e com ele a dificuldade em mudar de postura e planejamento. Porém, sabe-se que não é fácil ser o outro, o outro diferente, no interior das instituições que tentam fazer com que todos os sujeitos se tornem uma massa homogênea, idêntica, unificada. O outro diferente é aquele que desestabiliza o modelo no qual interpretamos o mundo. “Trabalhar com o ‘diferente’ é estar também neste ‘não lugar’, movediço, incerto, refazendo-se e reconstruindo-se a todo o momento, utilizando o desafio da dificuldade como motor para a construção de novos sentidos e realidades desse ensino que é tão ‘especial’”. (ELZIRIK, 2002, p. 9).

4. PESSOAS INVISÍVEIS, DIDÁTICAS INVIÁVEIS...

Ao longo dos meus estágios em sala de aula surgiram algumas inquietações que aqui serão problematizadas. Buscarei tais situações procurando outras possibilidades de práticas, que por sua vez produzam outros efeitos na escolarização dos alunos com deficiência.

*

CENA QUATRO

Acompanhei em uma sala de quinto ano de uma escola particular, durante um semestre, uma aluna que, após ter uma doença muito grave, perdeu alguns movimentos do corpo e algumas informações que tinha em sua memória ficaram inebriadas. Passou a necessitar de uma cadeira de rodas para se locomover e ir a escola, como também de atividades diferenciadas daquelas do restante da turma, pois estava sendo alfabetizada novamente. Durante este tempo de convívio com a aluna percebi que eu estava exercendo algumas funções que era as que a professora deveria exercer. Era eu que estava preparando as atividades para aquela aluna. Eu estava ali para auxiliar a professora com a turma e a inclusão da aluna nas atividades do coletivo, e não para elaborar as atividades do meu jeito e sozinha.

Questiono-me até que ponto é bom ter uma auxiliar em sala de aula, pois, às vezes, a estagiária ou professora auxiliar acaba sendo uma sombra para aquele aluno e as professoras regentes acabam esquecendo que o aluno com deficiência é pertencente à turma. Cabe a professora da turma a realização dos planejamentos adequados, como a adequação das didáticas e das avaliações, de modo em que o aluno com deficiência também participe. Certamente não é fácil para a professora, a escola teria que proporcionar espaços de discussões para que todo o corpo de professores, estagiárias, coordenadoras, pensassem sobre as práticas na sala de aula.

*

CENA CINCO

Lembro-me de uma atividade em grupo que os alunos teriam que elaborar cardápios saudáveis, a aluna com deficiência demonstrou vontade de participar desta atividade e a professora disse que ela faria com outra aluna que também tinha deficiência. Nesse momento a professora poderia ter misturado os alunos para que as elas também participassem da atividade junto com o restante da turma. As alunas demonstravam desejo, interesse, atenção e compreensão frente à proposta, poderiam dividir o momento com os demais, construindo noções de partilhamento, de colaboração, nelas e nos outros.

*

CENA SEIS

Nas aulas especializadas, como nas aulas de música, que a aluna com deficiência poderia participar da mesma forma que os outros colegas participavam isso não era cogitado pela professora. A professora simplesmente fingia que ela era invisível na sala de aula. Às vezes eu saía da sala para ver se a professora iria inserir aquela aluna nas atividades e quando eu voltava a aluna estava sem fazer nada. O pensamento daquela professora, e dos professores que tive a oportunidade de conviver, era de que se a aluna tinha uma auxiliar era a professora auxiliar que “daria conta do problema”. Em alguns momentos fiz sugestões, tentei induzir ações, e se eu pudesse interferir na turma de modo inclusivo certamente teria feito e daria certo.

Estas práticas acabam ocasionando o silenciamento dos alunos que tem deficiência, eles se tornam alunos invisíveis, não quistos, não pertencentes à turma, quase uma parede ou uma classe da sala de aula.

Sim, infelizmente ainda temos muitos alunos tornados (in) visíveis no espaço escolar. Visíveis de um lado, daquele em que se fazem notar, ver. Do lado que desestabilizam, desacomodam, tiram as coisas da linearidade, fogem do planejamento tido como ideal. Que se fazem ver pelo duplo desejo de ausência, de não presença, dos alunos e dos seus professores. Invisíveis no momento em que são negados, tidos como aquele que estava fora e foi colocado para dentro (incluído), aquele que está fora da normalidade, fora do ideal, aquele que precisa ser enquadrado, corrigido, curado, normalizado,

a fim de se tornar o mais próximo possível, igual aos demais. (Graff; Medeiros, 2013, p.83).

Percebe-se, então, que um aluno com deficiência não é suficiente para que ocorra estudos por parte dos professores, mudanças em práticas, tampouco são criados espaços para discussões e atividades de formação acerca da inclusão nas escolas. Nas Cenas mencionadas anteriormente estou referindo-me a escolas da rede privada de ensino, mas também pude perceber fatos similares na escola pública. Isso porque, parece-me, a inclusão nas escolas significa apenas a aceitação de alunos com deficiência no ensino regular, sem que as práticas sejam questionadas, sem que haja possibilidade de reflexão do que vem sendo produzido dentro das salas de aula.

“E se pensarmos em “escola para todos” e para cada um? Talvez se localize aí o desafio, perguntar-se quem são, como são, de onde, que lugares ocupam, de que culturas, que regiões, que línguas falam, quais suas experiências. Assim, reconhecemos seus enunciados, suas marcas, suas imagens, sentidos, seus rótulos”. (GAI, 2008, p. 141). Concordo com a autora, para a escola é um desafio desvendar quem são os seus alunos, e é necessário reconhecê-los para então delinear possibilidades de aprendizagens para todos que estão presentes naquele espaço. O ambiente escolar é um lugar que estimula aprendizagens, pois apresenta elementos que influencia no desenvolvimento dos alunos. Dentre esses elementos destaco a importância do professor, no processo de ensino e aprendizagem. Acredito que é o professor que pode fazer com que aconteça na sala de aula a inclusão, podendo ir ao encontro de instrumentos que incentivam a multiplicidade, a criação e a aprendizagem. “Professor inventor. Inventor de ideias, histórias, experiências, movimentos e, especialmente, professor inventor de si mesmo”. (Graff; Medeiros, 2013, p.80).

*

CENA SETE

Em uma aula de “Educação especial, docência e processos inclusivos”, a professora nos mostrou o documentário “A história de todos nós”, onde há relatos de pessoas que possuem algumas deficiências, elas relatam alguns momentos que viveram e como lidaram com a diferença. O Claudio Luciano Dusik é um dos

participantes do documentário, ele tem amiotrofia espinhal vascular, é formado em bacharelado em psicologia, tem especialização em psicopedagogia e é mestre em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em alguns de seus relatos, contou que a professora da turma em que ele estava quando criança foi a peça fundamental do movimento de inclusão na escola, que sempre elegia um ajudante do dia que ficava também responsável em ajudá-lo nas atividades da escola, como levar para o pátio, trazer para a sala, alcançar os materiais, com isso os colegas criavam vínculo com ele e na hora do recreio adaptavam as brincadeiras com a ajuda da professora para que ele pudesse brincar como as outras crianças. A professora sempre indagava as crianças com perguntas: “como é que o Claudinho pode pular a corda?”. Aí logo um colega pensava em uma maneira em que ele poderia participar, por exemplo, trilhar a corda e ele passar por baixo. Ele relata um fato em que ele estava brincando de pega-pega com os amigos e ele caiu da cadeira de rodas e que todo mundo se apavorou, mas para ele era normal uma criança se machucar. Afinal, qual a criança que nunca caiu e se machucou?

Quando escutei este relato, lembrei que, muitas vezes, os professores, os colegas, os pais, todos nós, acabamos querendo superproteger o aluno com deficiência por achar que ele é frágil, isso faz com que eles se sintam incomodados com olhar de “pena”. Temos que fazer com que estes alunos com deficiência se sintam em experimentação, em momento de troca, em construção de sua autonomia. Isso tudo pode levar à desacomodação, ao aprendizado, a construção de conhecimento, a saída do mesmo lugar de sempre, a uma saída da sombra de algum cuidador.

A escola em que o Claudio frequentou ficou marcada como um ambiente acolhedor e a professora foi um exemplo de promotora de intervenções inclusivas e de cooperação. Foi dentro da escola que o Claudio sentiu-se estimulado e capaz de realizar todas as atividades propostas dentro das possibilidades dele. Como uma criança, pois a diferença era apenas uma diferença. “Então muito mais do que me ensinar conteúdos acadêmicos, digamos assim, a escola me ensinou algo que quando tu aprende tu jamais esquece. A escola me ensinou o desejo da vida. E foi o desejo de vida que me ajudou a superar qualquer obstáculo”. (DUSIK).

*

CENA OITO

No mesmo documentário o professor de história Marcos, que possui baixa visão, relatou que a professora do colégio em que ele estudava quando era pequeno também elegia um colega para ajudá-lo em sala de aula, porém, ela usava isto como uma forma de castigar os alunos, quem não se comportava, seria o ajudante do Marcos, tendo que sentar ao lado dele para auxiliá-lo, isso fez com que ele se sentisse dependente de alguém. Podemos perceber que era a mesma didática das professoras do Claudio e do Marcos, porém com intenções completamente diferentes. Por isso que afirmo que, dependendo da maneira em que o professor lida com aquele aluno com deficiência em sala de aula, ele poderá mudar todo o olhar dos colegas perante o outro diferente, como do próprio aluno com deficiência sobre si.

A escola tem que acolher este aluno com suas necessidades enquanto possibilidade de aprendizagem e diferenças, tendo o mesmo comprometimento que tem com os outros alunos, pois este aluno também é aluno daquela escola e merece os mesmos olhares, tendo seus direitos respeitados. Sabemos que em muitas escolas a desculpa para a não aceitação deste aluno é “não podemos dar a atenção que o seu filho merece”, tentando disfarçar e arrumando uma desculpa para que aquele aluno não queira permanecer naquele ambiente, assim, é menos um problema a ser respondido ou resolvido pela escola.

Educação inclusiva significa garantir a qualidade no ensino, realizando as transformações que forem necessárias para tal, pois considera as particularidades de cada um para educar, mesmo com grandes dificuldades. É um processo que visa beneficiar a todos, pois o continuum de ensino e aprendizagem é adaptado ao sujeito, evitando a uniformização do conhecimento. Afinal, as pessoas aprendem de modos distintos, com suas modalidades e seus estilos de aprendizagem. Assim, a singularidade e a dignidade de todos é respeitada, favorecendo a construção de uma identidade mais segura. (SOARES, 2013 p.13).

5. SUPORTES PARA A INCLUSÃO

Neste capítulo irei abordar dois tipos de suportes especializados à inclusão escolar de alunos com deficiência. Estes suportes seriam a bidocência na sala de aula e uma sala de recursos na escola. Estas duas possibilidades, auxiliariam os alunos com deficiência e até mesmo os professores para no processo de inclusão dentro das salas de aula.

5.1 BIDOCÊNCIA COMO ALTERNATIVA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Beyer (2005) defende a bidocência como condição importante para uma educação inclusiva, onde teriam no mínimo dois educadores em sala de aula, um desses professores com algumas horas semanais. Na cidade de Hamburgo, na Alemanha, foram implementados modelos de bidocência. Ocorre da seguinte forma: o número de alunos em sala de aula é de 25 alunos, porém, as classes de inclusão que recebem crianças que apresentam dificuldades significativas na aprendizagem, na comunicação (fala) ou na conduta (hiperatividade, agressividade, isolamento, etc.), têm as vagas computadas em dobro. Além da redução numérica de alunos em sala de aula que auxilia a manter a qualidade pedagógica, a turma terá o professor regente e dois educadores que atuam em períodos alternados com os alunos que apresentam algum tipo de deficiência.

É importante destacar que tal atendimento jamais deve concentrar-se explicitamente sobre as crianças com necessidades especiais, porém os educadores com atuação pedagógica especializada devem trabalhar sempre no contexto do grupo, procurando também atender necessidades eventuais que os demais alunos possam demonstrar. (BEYER, 2005, p. 33).

Segundo as minhas impressões, acredito que a bidocência pode ser muito útil e uma alternativa de prática para salas que tenham alunos com deficiência, porém, se for praticada de maneira em que os professores se envolvam e realmente compartilhem seus saberes uns com os outros. Penso que nas escolas deveria haver momentos para que os docentes planejassem juntos as suas aulas, trocassem, compartilhassem, fizessem escambo de ideias de aulas. Isso porque

além de organizar e dar sentido ao trabalho dos professores, o planejamento aponta uma direção para a prática docente, criando situações de aprendizagens em que os alunos são os protagonistas da ação pedagógica.

Gandin e Cruz (2010) acreditam que o planejamento é como um processo educativo, com vistas a transformar a realidade numa direção escolhida e dar clareza e precisão à própria ação. Para estes autores, planejar é definir o objetivo que se quer alcançar. É criar hipóteses diversas de chegada ao final de uma semana, de um mês, de projeto, de um evento, de aula, de um ano. O planejamento se sustenta, então, em três objetivos: elaborar, executar e avaliar. É necessário uma flexibilização no currículo da escola, para nortear a aprendizagem dos alunos. Com um currículo acessível será possível transformar o espaço educativo em um lugar de diversas possibilidades de aprendizagem, cada aluno com suas construções significativas.

5.2 SALA DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS COMO ATELIER PEDAGÓGICO

A sala de integração e recursos, também chamada de SIR no município de Porto Alegre, é um tipo de atendimento educacional especializado que ocorre na rede pública para os alunos que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Tem por objetivo assegurar a estes alunos condições de acesso, participação e aprendizagem.

Previsto pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e descrito no Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008, entende-se como “atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art. 2º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;

- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

A sala de recursos é um espaço paralelo ao ensino regular, deve ser frequentado pelos alunos no turno inverso àquele no qual o aluno frequenta a classe comum. O professor para atuar nas salas de recursos tem que ter formação específica, em educação especial. Os encontros de apoio entre aluno e educador especial da SIR têm frequência de duas vezes por semana, com duração de uma hora cada um. Os grupos são formados a partir de aspectos que o professor da educação especial considera importantes. Por exemplo: idade, escola, necessidades indicadas.

O profissional da educação especial auxilia os alunos dando ênfase em atividades alternativas partindo das dificuldades apresentadas pelo aluno. Tezzari (2010. p.12) destaca que:

O trabalho desenvolvido na SIR consiste também em uma acessoria descentralizada, que tem como objetivos mais amplos a investigação e pesquisa de estratégias educativas em parceria com o professor de sala de aula e os serviços de orientação e supervisão da escola, favorecendo o fortalecimento da interlocução entre ensino comum e especial.

Acredito que a sala de recursos é uma ótima alternativa nas escolas e que deveriam estar presentes também no ensino privado. É um local para explorar as potencialidades dos alunos, proporcionando uma construção de conhecimento, explorando recursos de acessibilidade, instrumentalizando o professor e o aluno considerando as diversas formas de aprender. Porém, temos que ter um cuidado para que a educação inclusiva não se reduza a este atendimento especializado e que o aluno passe a ser o aluno daquele atendimento e do professor de sala de recursos.

O ideal é que todos os professores tanto os da sala de ensino comum e os da sala de recursos, juntamente com a coordenação e a família do aluno, realizem todas as ações coletivamente para que atenda as especificidades de cada aluno. E para isso, tem que deixar bem claro que a sala de recursos não é um espaço de

reforço escolar e sim um espaço para que os alunos possam criar uma trajetória escolar singular, sendo o protagonista da sua própria aprendizagem.

6. PERSPECTIVA DE QUEM VIVE A DIFERENÇA DOS/NOS CORPOS: ENSAIANDO ANÁLISES

Neste capítulo do trabalho escrevo com base em enunciados e perspectivas de quem convive com a diferença dentro do espectro da docência, da maternidade e da deficiência. É uma pesquisa qualitativa, baseada em cenas e enunciados, e como ferramentas de análise utilizei entrevistas semiestruturadas desenvolvidas de modo a contemplar as minhas questões de pesquisa, qual seja: como se constrói a necessidade de normalização do sujeito com deficiência em espaços regulares de ensino e quais são as impressões de normalidade e anormalidade na perspectiva de quem vive dos/nos corpos.

“O pesquisador se apropria da entrevista não como uma técnica que transpõe mecanicamente para uma situação de coleta de dados, mas como parte integrante da construção sociológica do objeto de estudo”. (ZAGO, 2003, p.295). Como entrevistadora pude saber sobre meu tema de interesse, para além de minha posição de estagiária de pedagogia, para além de minhas leituras, para além da minha formação no curso de graduação e em outros cursos que fiz na área da educação especial. Embora tenha selecionado as questões previamente e delimitado minha questão primeira, no encontro, no momento da conversa, outros aspectos sobre a deficiência foram mostrados a mim que eu ou desconhecia ou apenas via com certa distância. O que estava em jogo não eram pares dicotômicos, pares em comparação ou verdades a serem desvendadas. O que foi mostrado na conversa foi muito mais uma perspectiva de escola sendo construída atualmente, na contemporaneidade, por aqueles que comigo conversaram.

Utilizei a entrevista como dispositivo para conversa e como instrumento de coleta de impressões sobre meu tema de pesquisa. Acredito que a partir das entrevistas pude criar possibilidades de compreensão da realidade dos entrevistados e, mais ainda, conhecê-los para além do contato como estagiária. A entrevista, penso, pode colaborar na aproximação inicial de um professor com um aluno. A partir dela pode ser mostrada uma jornada, um processo, um histórico de vida. No caso do professor ele aprende sobre seu aluno e no caso da família sobre quais as didáticas possíveis para a escolarização de seu filho. O mais interessante é

que o aluno pode por ele mesmo falar, dizer das suas aprendizagens, desenhar as suas formas de compreensão, fazer a sua interpretação do novo professor.

Junto aos três participantes da pesquisa pude apresentar as minhas questões de modo aberto e informal, uma vez que eles compreendem minha intenção e aproximação com o tema estudado. Nossa aproximação iniciou em um de meus estágios e isso certamente colaborou para a agilidade no aceite, no agendamento da entrevista e no tempo disponibilizado para conversarmos.

Meus interlocutores percebem-se como quem convive com a diferença e produz diferença em sua trajetória pessoal, escolar e profissional, e são os personagens principais do processo de inclusão no âmbito escolar. Uma mãe incentivadora e apoiadora, um professor dinâmico e acolhedor, um estudante perspicaz e com necessidades enquanto possibilidades de aprendizagem. Também desenvolvi uma atividade de par educativo com o aluno com síndrome de Down, de modo que pudemos sair do ângulo professora auxiliar de turma e de aluno com deficiência em processo de inclusão. Pudemos, naquela atividade, conversar sobre nossas impressões sobre a deficiência, a escola, a amizade e outros temas que juntos abordamos. Sinto-me participante deste grupo, pois professor, mãe e aluno, compuseram comigo a pesquisa.

Arrisco-me ao dizer que travei um percurso genealógico, embora em processo de estudos de textos de autoria de Michel Foucault (1978). “É por essa razão que o pensamento tem de ocupar uma esfera de contornos precisos. De pretensão parcíssima, desarraiga-se da ideia de querer cobrir um campo imutável cujas relações históricas pudessem se explicar por um fator, um vetor, uma univocidade”.

Assim, numa primeira instância, Foucault rejeita a história calcada na busca de uma origem (Ursprung) porque “a pesquisa, nesse sentido, se esforça para recolher nela a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo”. De fato, isto era essencial para se forjar uma continuidade histórica, ou seja, mostrar-se e se mover na tentativa de encontrar o sentido inequívoco dos encadeamentos históricos. No entanto, quando a genealogia direciona a sua lente de aumento para a origem, não deixa transparecer nenhuma dúvida de que ela não possui fonte limpa ou forma de dimensões exatas a se encaixar numa representação qualquer. Na verdade, “o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate”, como Nietzsche há muito anunciara. (CARVALHO, 2012, não paginado).

Quando resolvi utilizar entrevistas em meu estudo já sabia que iria convidar para participar um aluno com deficiência, a mãe deste aluno e um professor, porém, não sabia qual professor entrevistaria, e foi quando realizei a entrevista com o aluno que ele mesmo citou um professor muito importante para ele. Resolvi, então, procurar esse professor para entrevistá-lo e mostrar porque este aluno se identifica mais com este professor do que com o restante.

O estudo não é comparativo, de análise ou julgamento e muito menos conclusivo. Elaborarei algumas hipóteses de análises a partir dos dispositivos de conversação que foram surgindo ao longo das entrevistas. Fiz algumas perguntas sobre aspectos importantes da minha pesquisa tanto para o professor quanto para a mãe do aluno com síndrome de Down e que serviram como dispositivos para conversarmos. Para o aluno solicitei uma atividade de par educativo onde ele desenhou uma pessoa que aprende e uma pessoa que ensina. Após a atividade fiz alguns questionamentos a ele.

6.1 PERSPECTIVA DE UM ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN

CENA NOVE

Para o aluno entrevistado apliquei uma atividade de par educativo que consiste em solicitar que o aluno desenhe uma pessoa que aprende e uma que ensina, após o desenho pedi que ele escrevesse os nomes e as idades das pessoas que ele tinha desenhado. Nesta atividade é possível interpretar relações entre quem ensina e quem aprende. As rejeições, as situações escolares e a relação com a figura do professor. O aluno com que realizou o par educativo é o Lucas⁵, tem 17 anos, tem síndrome de down e está no sétimo ano em uma escola particular de Porto Alegre. Segue abaixo o par educativo e o diálogo que aconteceu durante a entrevista:

⁵O nome não é fictício, pois tanto o aluno quanto a sua mãe autorizaram o uso de seus nomes neste trabalho de pesquisa.

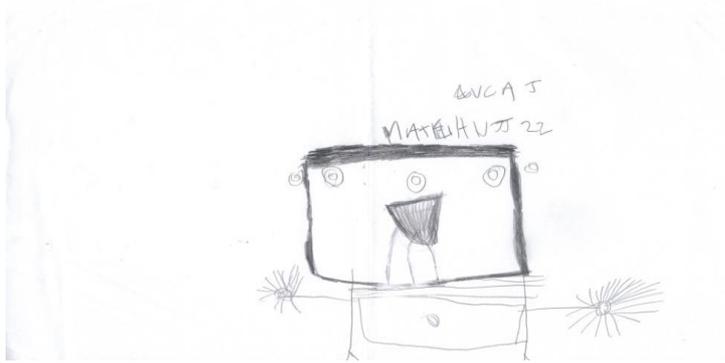


Figura 5: desenho do par educativo do aluno.

Pesquisadora: Quem tu desenhou?

Aluno: O Matheus.

Pesquisadora: E ele ta ensinando quem?

Aluno: O Lucas.

Pesquisadora: Mas aonde tu desenhaste o Lucas?

Aluno: Não desenhei.

Pesquisadora: Quem é o Lucas?

Aluno: Sou eu.

Pesquisadora: E tu não vai te desenhar?

Aluno: Não.

Pesquisadora: Tudo bem então. Mas onde tu e o Matheus estão?

Aluno: Em uma festa.

Pesquisadora: E ele está te ensinando o que?

Aluno: A dançar.

Pesquisadora: O Matheus é teu colega de sala de aula?

Aluno: Sim, meu colega.

Pesquisadora: E na escola tu aprende?

Aluno: Sim.

Pesquisadora: Como tu aprende?

Aluno: A ler e escrever.

Pesquisadora: Com os professores?

Aluno: Sim.

Pesquisadora: Os professores são legais?

Aluno: Muito, me ensinam.

Pesquisadora: Qual é a aula que tu mais gosta?

Aluno: Educação física com o Max, mas esse ano não é mais o Max, é outro professor e ele é o mais chato do mundo.

Pesquisadora: E porque o Max é o mais legal?

Aluno: Porque é, ele joga bola comigo, eu tiro 10 na educação física.

Pesquisadora: E os teus colegas te ensinam também?

Aluno: Sim.

Pesquisadora: Qual é o colega que mais te ensina?

Aluno: O Matheus (apontando no desenho).

Pesquisadora: Tu não vai te desenhar do lado do Matheus mesmo?

Aluno: Não posso me desenhar. Só ele.

Pesquisadora: Então tá bom. Muito obrigada por me ajudar.

Aluno: Foi fácil. Só uma coisa: o Matheus foi morar na zona sul e teve que sair do colégio.

Entrevista realizada no dia 23 de abril de 2015 em Porto Alegre.

O aluno chegou para a nossa entrevista muito feliz, tinha contado para todos os amigos da escola que iria me ajudar em um trabalho para a faculdade. Notei que ele ficou meio desconfiado quando pedi que a mãe não entrasse com ele na sala porque naquele momento queria conversar somente com ele. Em alguns momentos da entrevista ele perguntava para mim se a mãe dele estava do lado de fora. E eu respondia que sim, ela estaria ali, esperando por ele, então ele se tranquilizava. Ele sentou ao meu lado e comecei a dar as instruções do par educativo. Quando ele terminou o desenho perguntei quem ele tinha desenhado e então ele me disse que era o Matheus. Quando perguntei onde ele, Lucas, estava no desenho, ele disse que era o Matheus e que o amigo estava ensinando o Lucas. Ele disse que não tinha se desenhado e que não precisava. Isso faz com que eu pense, fabule, crie hipótese, mas que não afirme se não outra questão aparente, ele tem amigos e vê a importância deles em seus processos de aprendizagem, de trocas, de descobertas. Tem um sentido real aprender ou ir à escola e, parece-me, que está relacionado a amizade construída nos momentos de aprendizagem. Também posso inferir que talvez ele não queira se desenhar, pois não se considera uma pessoa que possa aprender, porque não tinha espaço na folha, porque não se viu na cena, pois tem dificuldades em compor cenas, porque ele nega a sua figura no desenho, pois entende que para aprender alguém precisa ensinar, uma vez que pedi que ele desenhasse alguém que ensina e alguém que aprende. Ou poderia dizer que foi um

presente dele para mim? Centralizou o desenho, fez com capricho, respondeu às minhas perguntas e preocupou-se em ajudar a minha pesquisa de final de curso de pedagogia dar certo. Ele estava muito motivado com o apoio a mim, afinal, sou também alguém que lhe ensinou.

6.2 PERSPECTIVA DA MÃE DO ALUNO QUE TEM SÍNDROME DE DOWN

*

CENA DEZ

Clarisse é a mãe do Lucas, tem 40 anos, teve dois filhos, o Lucas que é o caçula e o filho mais velho que tem 27 anos. O mais velho mora em Santa Catarina e o Lucas mora com a mãe e o Pai. Segue o nosso diálogo:

Pesquisadora: Tu percebes alguma diferença na maneira em que a escola ensina o Lucas?

Clarisse: Percebo, porque eles estão fazendo um trabalho diferenciado pro Lucas, da pra perceber que é bem diferente, mas acho necessário, porque ele não consegue acompanhar os colegas.

Pesquisadora: Tu achas que o Lucas é diferente dos outros colegas?

Clarisse: Eu acho que ele é igual, só no aprendizado né, porque ele custa mais a aprender algumas coisas, mas acho que ele é igual, eu sempre o vi igual aos outros.

Pesquisadora: E tu achas que a escola o vê igual aos outros?

Clarisse: A escola o vê igual, mas às vezes acontecem algumas injustiças por ele ser down, tem que estar sempre de olho, sempre em cima.

Entrevista realizada dia 23 de abril de 2015 em Porto Alegre.

6.3 PERSPECTIVA DO PROFESSOR

*

CENA ONZE

O Max⁶ é professor de educação física da escola onde o Lucas estuda, uma escola privada, e tem 25 anos. Ele trabalha há quatro anos nessa escola e foi o próprio Lucas que mostrou na conversa que tivemos a importância do Max em sua aprendizagem e inclusão nas aulas. Segue abaixo a entrevista:

Pesquisadora: Há necessidade de avaliar e ensinar de modo diferenciado os alunos com deficiência?

Professor: Acredito que sim, mas a forma varia muito de aluno para aluno. Precisamos sempre ter o cuidado para não exigirmos do estudante mais do que ele pode oferecer e também não podemos oferecer pouco estímulo ao ponto do aluno achar que tudo é fácil demais. Cada aluno tem a sua forma e seu tempo de aprendizado, com os alunos com deficiência não é diferente.

Pesquisadora: Por que tu achas que o Lucas me disse que tu és o melhor professor do colégio?

Professor: Nossa, pergunta difícil. Quando o Lucas entrou na escola, eu percebi que ele buscava chamar atenção fazendo coisas erradas, mas que traziam riscos para ele mesmo.

Pesquisadora: Que tipo de coisas erradas?

Professor: Saía das aulas e não queria mais voltar para a sala, batia nos colegas, essas coisas, que aí os outros vão taxando este aluno. Precisei me aproximar dele para impedir que ele fizesse tais coisas. Sempre procurei deixar claro que era amigo dele e que estava ali para ajudar ele, mas que também iria brigar com ele se ele continuasse fazendo coisas erradas. Juntei afeto com dureza e o comportamento dele foi melhorando dentro da escola. Sempre que possível, conversava com ele sobre coisas que ele gosta, me permitindo fazer brincadeiras que mostrassem que não é por que ele tem a síndrome que ele poderia ter tudo e que as pessoas fossem sempre concordar com ele.

Entrevista realizada em 18 de maio de 2015 em Porto Alegre.

⁶O nome do professor foi autorizado para o uso neste trabalho.

7. OLHARES DESACOMODADOS PARA CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar esse trabalho de conclusão de curso, voltei a pensar no papel do trabalho do educador no processo de inclusão. Acredito que o professor é de extrema importância e o principal personagem deste processo, juntamente ao aluno com deficiência. E, dependendo do olhar do professor o processo de inclusão de um aluno pode ser desafiador, cheio de aprendizagens e amizades, assim como o Max proporcionava em suas aulas. Percebo a diferença na maneira em que os outros alunos irão se envolver neste processo quando o professor convida todo o grupo para ser amigo, acolhedor, colaborativo, especialmente se a deficiência não é entendida pelo professor como anormalidade e algo a ser corrigido. A compreensão do grupo de colegas é muito importante, saber que aquele colega precisa de alguns de nós para desenvolver tarefas, em alguns momentos precisará ficar sozinho, que precisa da atenção de uma professora auxiliar, que vai ter mais um tempo para terminar sua tarefa, ou que vamos trabalhar em grupo de modo que ele também participe, entre tantas outras combinações que podem ser antecipadas e flexibilizadas pelo professor.

Além das questões de sala de aula, o professor poderá apoiar e sugerir à escola flexibilizações de currículo, adequações de recursos, adaptações de objetivos, organizações necessárias para que a inclusão ocorra de uma forma mais ampla. Saindo do centro do aluno, perpassando o grupo e também a comunidade escolar, a educação inclusiva passará de um processo experimental para uma experiência escolar importante. Na conversa com o aluno pude confirmar a importância do professor atento aos diferentes alunos e na conversa com o professor quanto pequenas mudanças podem favorecer a permanência em aula e aprendizagem do aluno. Foi muito interessante ouvir os sujeitos que participam do processo de inclusão que ocorre dentro da escola privada. Ouvir deles sobre os espaços que eles ocupam e saber sobre as diferentes situações que acontecem dentro do espaço escolar que se pretende inclusivo.

Não basta a escola somente aceitar este aluno, a comunidade escolar precisa fazer mudanças em sua estrutura, organização, didática, pois passou a se comprometer a ensinar a todos e buscar alternativas para que o aluno com

deficiência também aprenda. Ainda são poucos os momentos de diálogos e de olhares para os alunos com deficiência que estão nas salas de aulas do ensino comum. Precisariam ser previstos momentos em que as práticas fossem questionadas e que houvesse possibilidade de reflexão do que vem sendo produzido dentro das salas de aula, nunca no sentido de desautorizar o professor, mas na busca de outras didáticas, outros modos de ensinar, muito mais compartilhados, interligados, colaborativos. Espaços de planejamento escolar em que fossem propostas formas de construção de um currículo acessível e inclusivo.

Os profissionais e a escola primeiramente tem que entender a relevância do processo para que consigam dialogar com a família, para que construam um caminho juntos, esquecendo um pouco os resultados quantitativos e fazendo com que o aluno com deficiência tenha experiências e aprendizagens. Acredito que a inclusão não é uma proposta que se estende somente às instituições escolares, é preciso que ela ocorra diariamente em todos os espaços da sociedade. Não implica somente em aceitar o aluno com deficiência no sistema comum de ensino mas na convivência em diferentes instituições.

Ao longo de minhas vivências presenciei muitas falas de que o lugar do aluno com deficiência não é na sala de aula regular porque ele faria com que os outros alunos perdessem com a convivência ou se atrasassem nos conteúdos e disciplinas. Vivemos em um mundo em que as pessoas pensam somente em si e esquecem de olhar e pensar sobre o outro, um outro que aprende e experimenta aprendizagens dentro de suas necessidades enquanto possibilidade de descoberta e desenvolvimento. É muito triste olhar para cenas de exclusão por tão poucos argumentos, uma vez que apenas esperar o colega ou adequar alguma atividade pode gerar olhar violentos e comentários pejorativos tanto por parte de familiares quanto de professores. E aquela família que tem um filho com deficiência é acolhida quando em suas necessidades?

A escola é um lugar que poderá ensinar os alunos a olhar e perceber o outro. Dividir a atenção, construir o próprio conhecimento, respeitar e saber que existem pessoas diferentes. Porque a diferença é parte integrante da condição humana. Até porque ninguém é igual, cada um tem seus desejos, suas necessidades e seus históricos. Como futura pedagoga afirmo que na sala de aula podemos ensinar os

alunos a lidar com o desconforto de não saber como agir com aquele que é diferente de nós.

Acredito em uma escola inclusiva, pois favorece todos os alunos, tanto no que diz respeito a socialização, a cognição, a autoestima, a invenção, a experimentação, etc. Não concordo com a ideia de que se os alunos estiverem apartados da sociedade ou agrupados por deficiência ocorreriam aprendizagens significativas. Arrisco a fazer uma comparação dos alunos com deficiência com as crianças pequenas, pois um bebê precisa sempre ser estimulado, acolhido, envolvido em experiência, por sua família, para que ele perceba que faz parte de um meio afetivo. Acredito que para as crianças com deficiência este processo é parecido, eles precisam ser notados, instigados, incluídos, de modo que percebam que estão sendo estimulados para experimentar. Podem desenvolver suas habilidades e descobrir outras tantas com situações de experimentação. E aquele aluno que aprende com facilidade, aquele outro que precisa de apoio, como aquele que se desenvolve com dificuldades, bem como o que quer sempre mais experiências, poderão beneficiar-se do espaço inclusivo que prevê a educação inclusiva pela via da experiência. Vejo quanto é favorável e possível uma pedagogia inclusiva, que se preocupa em potencializar as aprendizagens, auxiliando o outro, através do trabalho cognitivo e da descentralização do sucesso pleno e comparativo. O contato com o outro diferente para a construção de uma pedagogia inclusiva é imprescindível na formação de professor, porém, acredito, que isso possa se dar com o contato atento e disponível ao reconhecimento das possibilidades de aprendizagem do aluno com deficiência.

Enfatizo que a deficiência não é justificativa para uma não escolarização ou uma não aprendizagem, a escola não pode criar justificativas para que não ocorra a aprendizagem, criando marcas de fracasso ou rótulos de incapacidade para os alunos. Precisamos pensar na aprendizagem num caráter de expectativas e de possibilidades diante das condições do aluno. Em atuação, fazendo a inclusão, dentro das escolas, podemos traçar metas aliadas a outras forças sociais para produzir um movimento positivo em direção à inclusão.

Desenvolveu-se um estudo que não é comparativo, não parte de amostras, não é avaliativo, não é cronologicamente descrito, pois mostra enunciados, e retira

deles forças para construir argumentações acerca da temática estudada. Convivi em diferentes períodos com as mesmas pessoas como estagiária de pedagogia e essas memórias apoiam as argumentações favoráveis à inclusão. Apresento também algumas cenas dos estágios não obrigatórios realizados ao longo da graduação e que possibilitam indicar a necessidade de inserção de espaços escolares inclusivos como campo de estágio da pedagogia. Faço a afirmação de que pode ocorrer a inclusão escolar desde que ocorra mudanças no processo de escolarização de pessoas com deficiência, uma vez que a escolarização prevê a experientiação de múltiplas formas de aprendizagem e vida. Uma educação inclusiva pode ser produzida pela via da experiência e os professores são muito importantes, uma vez que inventam outras didáticas e outros enunciados acerca da diferença dos corpos.

Por isso, utilizo das palavras de Larrosa para encerrar este trabalho, abrindo possibilidades para o infinito, permitindo-se desacomodar os olhares, fazer parte dessas desconstruções.

“[...] um sonho, um desejo impossível, um horizonte inalcançável, uma mera tendência ao infinito” (Larrosa, 2004, p. 103).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2008.

BRASIL. **Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2008.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. **Foucault: atualizador de genealogia nietzschiana**. Disponível em: <http://www.cadernosnietzsche.unifesp.br/home/item/193-foucault-atualizador-da-genealogia-nietzschiana>. Acesso em: junho de 2015.

DRAGO, Rogério. **Inclusão na Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

EIZIRIK, Marisa. **Por que a diferença incomoda tanto**. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=5%3Aeducacao-especial&id=31%3Apor-que-a-diferenca-incomoda-tanto&Itemid=16. Acesso em: maio de 2015.

FAÉ, Rogério. **A genealogia em Foucault**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n3/v9n3a08>. Acesso em: junho de 2015.

FREITAS, Cláudia Rodrigues de. **A “Normalidade”**: conceito de quantas faces?. Disponível em: <http://www.jourlib.org/paper/2479589#.VXc86vnF-Z4>. Acesso em: maio de 2015.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GAI, Daniele Noal. **Álbum de Família Líquida**: (des) construção da marca da deficiência mental. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes: janela sobre o rosto invisível**. 4 ed. Porto Alegre: L&PM, 2004. 316p.

GANDIN, Danilo e CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Planejamento na sala de aula**. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOFFREDO, V. L. Como formar professores para uma escola inclusiva? In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação especial: tendências atuais**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

GRAFF, Patrícia & MEDEIROS, Daniela. Saindo das “brechinhas” da inclusão. In: GAI, Daniele N. & FERRAZ, Wagner (Org.). **Parafernália, diferença e educação**. Porto Alegre: Indepin, 2013.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e Educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SASSAKI, R. K. (1999). **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 3ª ed.

SOARES, Carolina Coelho Russell. **Interfaces entre sujeitos da ambientoterapia, psicopedagogia e inclusão escolar: horizontes possíveis**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

TEZZARI, Mauren Lúcia. **Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos: A Potencialidade de uma proposta diante de novos contextos e novas demandas**. Trabalho apresentado no 1º Seminário de Políticas Públicas do Rio Grande do Sul. Setembro de 2010.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Org.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FILMOGRAFIA

THE EYES of a child. Disponível em:

<<https://queminova.catracalivre.com.br/influencia/campanha-mostra-como-adultos-e-criancas-reagem-a-deficiencias/>>. Acesso em: abril de 2015.

A HISTÓRIA de todos nós. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mZK6NUz-bOU&list=PLhJtnF4-jePqFKjWOIBNrItVZwD1H8NXz>>. Acesso em: abril de 2015.

APÊNDICE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia, da graduanda Fernanda Brum Collares, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sobre a temática normalização da diferença e inclusão escolar. Assim, peço que leia este documento e esclareça dúvidas antes de consentir a participação.

Objetivo do estudo: Analisar as impressões sobre a normalidade e a anormalidade na perspectiva de quem convive com a diferença em espaço escolar.

Procedimentos: Ao participante será solicitado responder perguntas sobre os alunos com necessidades educativas especiais. O tempo destinado a responder ao questionário é estimado 10 minutos.

Riscos e benefícios do estudo: Não há benefício direto na participação do estudo, mas a participação contribuirá para aprimorar de meu trabalho de conclusão de curso e contribuirá para uma pesquisa direta com a realidade.

Confidencialidade: As perguntas e respostas realizadas farão parte do trabalho de conclusão de curso da pesquisadora. O nome do participante será autorizado para uso no trabalho.

Assinatura do pesquisador

Assinatura do entrevistado

Local e data das assinaturas: Porto Alegre, ___/___/___

Contato da Pesquisadora: nanda_brunc@hotmail.com